



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público Federal Edital 06/2015

PROVA

Área: Direito

QUESTÕES OBJETIVAS

Conhecimentos Específicos | 01 a 30

Nome do candidato: _____ Nº de Inscrição: _____

INSTRUÇÕES

1º) Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo e se contém 30 questões, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.

2º) A prova é composta por 30 (trinta) questões objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.

3º) O tempo de duração da prova é de 3 (três) horas.

4º) Não é permitida consulta a qualquer material e os candidatos não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.

5º) Os telefones celulares e similares não podem ser manipulados e devem permanecer desligados durante o período em que o candidato se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados para a prova deverão estar embaixo da carteira, ficando automaticamente excluído o candidato que for surpreendido nessas situações.

6º) O candidato só poderá deixar o local após 1h30min (uma hora e trinta minutos) do início da prova, exceto os três últimos candidatos, os quais só poderão deixar o local quando todos terminarem a prova.

7º) O candidato deverá preencher a caneta o Cartão de Respostas, escolhendo dentre as alternativas A, B, C, D e E, preenchendo totalmente a célula correspondente à alternativa escolhida, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Responda a todas as questões. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.

8º) Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

9º) O candidato poderá levar consigo o caderno de questões após decorridas 1h30min do início da prova. Não será oferecido outro momento para a retirada do mesmo.

10º) É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. O Código de Defesa do Consumidor considera prática abusiva, vedada ao fornecedor de produtos ou serviço:

- I. Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- II. Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- III. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) I, II e III.
- b) Apenas I.
- c) Apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Apenas II e III.

2. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Para este fim, são legitimados concorrentemente:

- I. o Ministério Público.
- II. as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código.
- III. qualquer associação legalmente constituída há, pelo menos, um ano independente de sua finalidade institucional.
- IV. a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) I, II, III e IV.
- b) Apenas I.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas I, II e IV.

3. Marque a alternativa INCORRETA. De acordo com o Artigo 15 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, será executada

no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente.
- b) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia.
- d) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.
- e) estar traduzida por intérprete autorizado.

4. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I. os menores de dezesseis anos.
- II. os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- III. os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- IV. os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- V. os pródigos.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) I, II, III, IV e V.

5. Roberto adquire um imóvel no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pagável em dez parcelas iguais e mensais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Roberto efetua o pagamento regular de nove parcelas. Em decorrência de fatores alheios à sua vontade, torna-se inadimplente em relação à última parcela. No intuito de honrar o compromisso e liquidar o seu débito, ele oferece ao credor um veículo avaliado em R\$ 50.000,00. Após avaliar o bem, o credor aceita o veículo e dá quitação da parcela vencida. A forma utilizada pelas partes para liquidação da última parcela denomina-se:

- a) pagamento com sub-rogação.
- b) novação de dívida.
- c) compensação.
- d) dação em pagamento.
- e) remissão de dívida.

6. Com relação à sociedade empresária limitada podemos afirmar que:

- I. a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.
- II. é vedada contribuição que consista em prestação de serviços.
- III. a sociedade limitada poderá ser administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.
- IV. a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, mas não há necessidade do registro na junta comercial.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

7. Na sociedade por conta de participação é correto afirmar que:

- I. a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade.
- II. obriga-se perante terceiro tão somente o sócio ostensivo.
- III. a falência do sócio participante acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
- IV. a constituição da sociedade em conta de participação se dá mediante contrato escrito e a inscrição dos atos constitutivos na junta comercial.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas I.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) Apenas I e II.

8. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento. Excluem-se da comunhão:

- I. as obrigações anteriores ao casamento.

- II. os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os subrogados em seu lugar.
- III. as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
- IV. os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas II.
- b) Apenas III.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II, III e IV.

9. De acordo com Art. 1.548 do Código Civil brasileiro, é NULO o casamento contraído:

- I. pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- II. de quem não completou a idade mínima para casar.
- III. do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- IV. do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- V. por infringência de impedimento.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e V.
- c) Apenas II.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

10. A verossimilhança do direito e a hipossuficiência da parte importam, ao consumidor, na defesa de seus direitos no processo civil em:

- a) isenção de custas.
- b) foro privilegiado.
- c) inversão do ônus da prova.
- d) acesso ao Ministério Público.
- e) agilidade no duplo grau de jurisdição.

11. Quando o produto não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, se denomina de:

- a) defeituoso.
- b) frustrado.
- c) vício redibitório.
- d) impróprio.
- e) inapto.

12. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais na prestação do serviço será apurada mediante a verificação de:

- a) dolo.
- b) fraude.
- c) erro.
- d) culpa.
- e) simulação.

13. Verificado que o produto padece de vício de quantidade, NÃO poderá o consumidor exigir do fornecedor:

- a) complementação do peso.
- b) substituição por outro da mesma espécie.
- c) restituição da quantia paga.
- d) abatimento proporcional do peso.
- e) reexecução do serviço sem custo adicional.

14. Aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços denomina-se:

- a) profissional liberal.
- b) comerciante.
- c) agricultor.
- d) empresário.
- e) incorporador.

15. Quando uma ou várias sociedades são absorvidas por outra denomina-se:

- a) transformação.
- b) incorporação.
- c) cisão.
- d) fusão.
- e) conclusão.

16. São pessoas jurídicas de Direito Público:

- a) as autarquias.
- b) as sociedades.
- c) as fundações.
- d) os partidos políticos.
- e) as associações.

17. Para os efeitos legais, podem ser objeto de hipoteca:

- a) os direitos reais sobre objetos móveis.
- b) os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- c) as energias que tenham valor econômico.
- d) as aeronaves.
- e) os automóveis.

18. NÃO constitui ato ilícito os praticados mediante:

- a) legítima defesa.
- b) negligência.
- c) imprudência.
- d) dolo.
- e) omissão.

19. Qual a alternativa que preenche o espaço em branco corretamente?

Denomina-se _____ quando uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

- a) coação.
- b) erro.
- c) lesão.
- d) estado de perigo.
- e) fraude.

20. Os atos da Administração Pública obedecem princípios constitucionais que garantem a sua validade. Entre os princípios relacionados abaixo, assinale qual NÃO tem previsão expressa na Constituição Federal:

- a) impessoalidade.
- b) publicidade.
- c) eficiência.
- d) proporcionalidade.
- e) moralidade.

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o mérito do ato administrativo, como espaço de avaliação de conveniência e oportunidade, está presente tanto nos atos vinculados quanto nos discricionários.
- b) o princípio da publicidade, que está inserido no art. 37 da Constituição Federal, determina a ampla divulgação dos atos praticados pela administração pública, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- c) o poder discricionário vincula o administrador à forma e à finalidade do ato.
- d) ato vinculado impõe ao agente público a restrição rigorosa aos preceitos legais, sem liberdade de ação.
- e) o ato administrativo é um ato jurídico, pois se trata de uma declaração que produz efeitos jurídicos. É uma espécie de ato jurídico, marcado por características que o individualizam no conjunto dos atos jurídicos.

22. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) de acordo com o disposto na Lei 8.429/92, pode-se afirmar que somente o agente público que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie, sob qualquer forma, direta ou indireta, sofre incidência da lei.
- b) no que se refere a atos de improbidade administrativa, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, tornam dispensável a ação penal que cabível.
- c) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, são algumas das sanções previstas para o responsável pelo ato de improbidade administrativa.
- d) o poder judiciário, em ação promovida para anulação de ato administrativo, se limitará ao controle do mérito administrativo.
- e) a Lei 8.429/92 admite, expressamente, a transação na ação principal por ato de improbidade administrativa, desde que o dano seja ressarcido em sua integralidade.

23. A desapropriação é a transferência obrigatória da propriedade particular para o poder público, com a devida motivação. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. perigo público.
 - II. clamor social.
 - III. necessidade pública.
 - IV. utilidade pública.
 - V. interesse social.
- a) somente os itens III e IV apresentam motivação constitucional para desapropriação.
 - b) somente os itens I e V apresentam motivação constitucional para desapropriação.
 - c) somente os itens I, II e IV apresentam motivação constitucional para desapropriação.
 - d) somente os itens III, IV e V apresentam motivação constitucional para desapropriação.
 - e) somente os itens I, III e V apresentam motivação constitucional para desapropriação.

24. Acerca dos bens públicos, analise as assertivas abaixo e assinale “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas:

- () os bens públicos não podem ser penhorados em nenhuma hipótese.
- () os bens dominicais são bens não afetados a qualquer destino público.
- () a desafetação de bem de uso especial, trespassando-o para a classe dos dominicais, depende de lei ou de ato do próprio Executivo.

Qual a sequência correta, na ordem de cima para baixo?

- a) V-V-V.
- b) V-F-V.
- c) V-V-F.
- d) V-F-F.
- e) F-F-V.

25. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

26. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre desapropriação.
- b) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- c) é da competência privativa da União legislar sobre a proteção à infância e à juventude.
- d) é da competência privativa da União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- e) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

27. As garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com os meios e recursos a elas inerentes, são asseguradas, aos litigantes:

- a) somente em processos judiciais.
- b) nos processos judiciais e nos processos administrativos determinados em lei.
- c) em quaisquer processos, administrativos ou judiciais.
- d) somente nos processos judiciais e administrativos de natureza criminal.
- e) em todos os processos judiciais de natureza criminal e em alguns processos administrativos.

28. São direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal brasileira:

- I. educação e saúde.
- II. a alimentação e o trabalho.
- III. a moradia e o lazer.
- IV. a proteção à maternidade e à infância.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) assertiva(s) está(ão) CORRETA(S):

- a) Somente I e II.
- b) I, II, III e IV.
- c) Somente III e IV.
- d) Somente I.
- e) Somente I e III.

29. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a assertiva CORRETA:

- a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em flagrante delito ou determinação judicial, independente do horário do dia ou da noite.
- b) a prática da tortura é suscetível de anistia.
- c) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que foram aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, por dois terços dos votos, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por quaisquer partidos políticos e pelas organizações sindicais, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano.
- e) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

30. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou prévio aviso, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição.
- c) um diretor de Estatal pratica ato lesivo ao patrimônio público. A anulação do ato pode ser pleiteada em ação popular proposta por qualquer cidadão.
- d) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- e) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.